

Filipe Jose Roque Caetano

---

**De:** Maria Jose Santos Mendes  
**Enviado:** 1 de junho de 2021 16:53  
**Para:** Geral ACSS  
**Cc:** Filipe Jose Roque Caetano  
**Assunto:** Relatório Trimestral de Execução Financeira - 1º Trimestre de 2021  
**Anexos:** 64 - Relatório Trimestral de Execução Financeira - 1º Trimestre de 2021.pdf

Exmo. Senhor  
Dr. Victor Herdeiro  
Presidente do Conselho Diretivo da ACSS, IP

Sobre o assunto em epigrafe e por indicação do Conselho de Administração da ULSNA, EPE, seve o presente para anexar o referido relatório, para os efeitos tidos por convenientes.

Com os melhores cumprimentos,  
Maria José Mendes  
Secretariado do Conselho de Administração

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO-EPE | Hospital Dr. José Maria Grande

**SEDE:**

Av. de Santo António  
7300 - 853 Portalegre TEL: 245 301 000 FAX: 245 330 359

[www.ulsna.min-saude.pt](http://www.ulsna.min-saude.pt)

PENSE ANTES DE IMPRIMIR



**SNS**  
SERVIÇO NACIONAL  
DE SAÚDE



Seja responsável na partilha de informação e/ou dados pessoais nos emails que envia.  
Garanta os princípios de confidencialidade, privacidade e proteção de dados.  
Lembre-se: os dados salvam vidas, mas o uso abusivo da informação pode destruir a sua vida!

Filipe Jose Roque Caetano

---

**De:** Maria Jose Santos Mendes  
**Enviado:** 1 de junho de 2021 16:55  
**Para:** Conselho Fiscal; Ricardo Pereira; Luis Joao De Oliveira Marques Polido Paralta; Vasco Manuel Fernandes Carvalho; GGMAIL-Comunicação e Marketing  
**Cc:** Filipe Jose Roque Caetano  
**Assunto:** Relatório Trimestral de Execução Financeira - 1º Trimestre 2021  
**Anexos:** 64 - Relatório Trimestral de Execução Financeira - 1º Trimestre de 2021.pdf

Para conhecimento.

Com os melhores cumprimentos,

Maria José Mendes  
Secretariado do Conselho de Administração

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO-EPE  
Av. de Santo António  
7300 - 853 Portalegre TEL: 245 301 000 FAX: 245 330 359  
[www.ulsna.min-saude.pt](http://www.ulsna.min-saude.pt)

PENSE ANTES DE IMPRIMIR




**SNS**  
SERVIÇO NACIONAL  
DE SAÚDE

**ULSNA+**  
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO - EPE  
Mais Saúde e Qualidade de Vida.



Seja responsável na partilha de informação e/ou dados pessoais nos emails que envia.  
Garanta os princípios de confidencialidade, privacidade e proteção de dados.  
Lembre-se: os dados salvam vidas, mas o uso abusivo da informação pode destruir a sua vida!



De: Auditor Interno

Para: Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração

C/C:

ASSUNTO: Relatório Trimestral de Execução Financeira - 1º Trimestre de 2021

Ata 22/2021  
Doc. 64

PARECER

ULSNA, EPE  
Conselho de Administração

Dr. Joaquim Araújo, Presidente

Dr.ª Vera Botelho, Diretora Clínica

Enf.ª Jorge Matques, Enfermeiro Diretor

Dr.ª Ana Amélia Silva, Vogal Executivo

Prof. Raul Corderiro, Vogal Executivo

DESPACHO/DELIBERAÇÃO

TOMADO CONHECIMENTO e delibera este CA APROVAR o Relatório Trimestral de Execução Financeira – 1º Trimestre de 2021 em anexo. Determina-se ainda a sua remessa às entidades competentes, onde se inclui também o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas. Com conhecimento ao SGFinanceira e GPCGestão para efeitos do seu conteúdo e conclusões e GCImagem para divulgação.

2021/05/31

O Relatório Trimestral de Execução Financeira concernente ao primeiro trimestre de 2021, que ora se remete a V. Exa., visa a operacionalização do Despacho n.º 7709-B/2016, de 9 de Junho, do Secretário de Estado da Saúde, tendo sido produzido em harmonia com os princípios que norteiam a atividade de Auditoria Interna e as competências previstas para os Serviços de Auditoria Interna, observando-se, concomitantemente, o modelo anexo à Circular Normativa n.º 20/2016/ACSS, de 12 de outubro de 2016.

Em conformidade com a Circular Normativa supracitada, o Relatório de Execução Financeira deverá ser remetido, após apreciação e aprovação do Exmo. Conselho de Administração da ULSNA, EPE, em formato *pdf*, para o *e-mail* da ACSS, IP: geral@acss.min-saude.pt.

Manifestamos a nossa inteira disponibilidade para prestar quaisquer esclarecimentos que V. Exa. entenda requerer e apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

À consideração Superior.



O Auditor Interno  
Filipe José Roque Caetano

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, E.P.E. SECRETARIADO
Entrada N.º 202104151
Data 21/05/2021
<i>R. ps</i>

# RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

---

1º Trimestre de 2021

O Conselho de Administração da ULSNA, EPE

## ÍNDICE

---

1. FICHA TÉCNICA.....	3
2. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	4
2.1. Principais Conclusões .....	4
2.2. Limitações de Âmbito .....	4
3. CONTROLO ORÇAMENTAL .....	5
3.1. Execução e Evolução Orçamental da Despesa.....	5
3.2. Execução e Evolução Orçamental da Receita.....	6
3.3. Alterações Orçamentais .....	8
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	10
4.1. Balanço .....	10
4.2. Demonstração de Resultados .....	11
5. CUMPRIMENTO DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO .....	16
5.1. Evolução dos Fundos Disponíveis no período .....	16
5.2. Evolução dos Pagamentos em Atraso no período.....	16

## ÍNDICE DE QUADROS

---

Quadro 1 – Execução Orçamental da Despesa (março de 2021) .....	5
Quadro 2 – Execução Orçamental da Despesa (março de 2020) .....	5
Quadro 3 – Execução Orçamental da Receita (março de 2021) .....	6
Quadro 4 – Execução Orçamental da Receita (março de 2020) .....	7
Quadro 5 – Alterações Orçamentais da Despesa (até março de 2021) .....	8
Quadro 6 – Alterações Orçamentais da Receita (até março de 2021) .....	8
Quadro 7 – Memórias Descritivas das Alterações Orçamentais.....	9
Quadro 8 – Balanço.....	10
Quadro 9 – Demonstração de Resultados por Natureza .....	11
Quadro 10 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas.....	12
Quadro 11 – Fornecimentos e Serviços Externos .....	13
Quadro 12 – Gastos com Pessoal.....	14
Quadro 13 – Prestações de Serviços e Concessões.....	15
Quadro 14 – Fundos Disponíveis .....	16
Quadro 15 – Pagamentos em Atraso .....	16
Quadro 16 – Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores.....	16

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

---

Gráfico 1 – Comparação dos Gastos 1º trimestre de 2020 e 2021 .....	12
Gráfico 2 – Distribuição dos Gastos 1º trimestre de 2021 .....	12

**1. FICHA TÉCNICA**

<b>Áreas Funcionais envolvidas (se aplicável)</b>	Serviço de Gestão Financeira (SGF)
<b>Âmbito</b>	O presente Relatório de Execução Financeira visa a operacionalização do Despacho n.º 7709-B/2016, de 9 de junho, do Secretário de Estado da Saúde
<b>Referencial Contabilístico aplicável</b>	Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública
<b>Âmbito temporal</b>	O período analisado corresponde ao 1º trimestre de 2021, tendo sido realizada, quando possível, a comparação com o período homólogo do ano anterior
<b>Objetivos</b>	Cumprir com o disposto no n.º 1 do Despacho n.º 7709-B/2016, de 9 de junho, fomentando uma cultura de maior transparência e responsabilização da governação hospitalar e reforçando-se o nível de controlo financeiro das instituições e respetivo reporte à tutela
<b>Metodologia</b>	De modo a operacionalizar e normalizar a respetiva aplicabilidade do Despacho n.º 7709-B/2016, de 9 de junho, e tendo em consideração os princípios que norteiam a atividade de Auditoria Interna e as competências previstas para os Serviços de Auditoria Interna, o presente Relatório foi elaborado de acordo com o modelo anexo à Circular Normativa n.º 20/2016/ACSS, de 12 de outubro de 2016
<b>Ciclo de realização</b>	Os trabalhos foram encetados a 17 de maio (data a partir da qual o SGF iniciou a disponibilização das demonstrações financeiras e demais documentação em referência ao período em análise), tendo finalizado com a conclusão do presente Relatório, em 21 de maio
<b>Identificação do responsável pela elaboração</b>	Ao abrigo do disposto no n.º 1 do Despacho n.º 7709-B/2016, de 9 de junho, o presente Relatório foi elaborado pelo Auditor Interno da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE, sendo de registar, com apreço, a colaboração de todos os responsáveis e funcionários contactados, patenteado na disponibilidade manifestada e nos esforços desenvolvidos para satisfazer convenientemente as nossas solicitações
<b>Articulação com o Fiscal Único</b>	Não houve articulação com o Fiscal Único na produção deste Relatório

## 2. SUMÁRIO EXECUTIVO

### 2.1. Principais Conclusões

Apresenta-se, seguidamente, o resumo das principais conclusões, melhor detalhadas ao longo do Relatório:

#### Controlo Orçamental:

- a) Ambos os graus de execução orçamental da despesa e receita apresentam, no 1º trimestre de 2021, percentagens abaixo da dotação/provisão prevista para o período, de 23,20% e 23,57%, respetivamente;
- b) Até à data de fecho do presente relatório, foram propostas e autorizadas duas alterações orçamentais, visando reforçar a dotação de rubricas de despesa cujo valor inicial estava aquém das necessidades efetivas. Considerando a necessidade de sintetizar e consolidar os movimentos ocorridos nas várias alterações orçamentais, é possível que os respetivos quadros não apresentem todos os movimentos, quando estes consubstanciem alterações inter-rubricas, devendo considerar-se a leitura da respetiva memória justificativa produzida pelo SGF.

#### Demonstrações Financeiras:

- c) O Balanço encontra-se equilibrado entre o Total do Ativo e o Total do Património Líquido e Passivo.
- d) O Total do Ativo situava-se em 121.811.921€, decrescendo 1.886.652€ (menos 1,53%) face a março de 2020.
- e) O Passivo registado no 1º trimestre de 2021 situava-se em 76.977.819€, representando um acréscimo de 8.650.332€ (mais 12,66%) quando comparado com igual período de 2020.
- f) O Resultado Líquido do Período, no final do 1º trimestre de 2021, situava-se em -6.172.555€, influenciado, sobretudo, pelos Resultados Operacionais que, no mesmo período, registaram -6.172.275€. Quando comparado o Resultado Líquido do Período no final do 1º trimestre de 2021 com aquele determinado em período homólogo do ano anterior, observa-se uma descida de 11.561.814€ (menos 214,53%), fortemente influenciada pela diminuição de “Prestações de serviços e concessões”, na ordem de 8.679.300€.
- g) O total das “Prestações de serviços e concessões” ascendeu, no 1º trimestre de 2021, a 19.575.507€, menos 8.679.300€ (ou o equivalente a uma diminuição de 30,72%) que em igual período do ano anterior.
- h) O total dos Gastos no 1º trimestre de 2021, no montante de 26.171.842€, sofreu, em valor absoluto, um aumento de 2.723.874€ (mais 11,62%), quando comparado com o 1º trimestre de 2020.
- i) O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), que representou, no 1º trimestre de 2021, 17,17% no total de Gastos, aumentou face ao período homólogo de 2020, 1.406.577€ (mais 45,55%). Este acréscimo ficou a dever-se, fundamentalmente, aos aumentos de 1.157.839€ (mais 51,14%) na rubrica “Produtos farmacêuticos” e de 256.609€ (mais 34,54%) na rubrica “Material de consumo clínico”, por contrapartida da diminuição de 9.969€ (menos 39,12%) na rubrica “Material de consumo administrativo”.
- j) Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) representaram, no 1º trimestre de 2021, 26,13% no total de Gastos, tendo-se verificado um aumento, na ordem dos 69.301€ (mais 1,02%), quando comparados com igual período de 2020.
- k) Comparados o 1º trimestre dos anos 2021 e 2020, verifica-se um acréscimo nos “Gastos com Pessoal” de 1.238.738€ (mais 9,35%), influenciado, sobretudo, pelos aumentos de 1.035.032€ (mais 9,75%) na rubrica “Remunerações do pessoal”, de 202.919€ (mais 8,23%) na rubrica “Encargos sobre remunerações” e de 16.785€ (mais 22,75%) na rubrica “Remunerações dos órgãos sociais e de gestão”.

#### Cumprimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro:

- l) Assiste-se a uma subida dos “Fundos Disponíveis” quando comparados o 1º trimestre de 2020 e 2021, na ordem dos 14.691.227€ (mais 67,46%). Esta subida foi influenciada, sobretudo, pelo aumento de 20.374.315€ (mais 94,94%) em “Previsão da receita efetiva própria”.
- m) O aumento de 762.924€ (mais 21,35%) verificada nos “Pagamentos em Atraso”, quando comparados o 1º trimestre de 2020 e 2021, deve-se, essencialmente, ao efeito conjugado do acréscimo da dívida a “Fornecedores Externos” no valor de 976.997€ (mais 47,58%) e do decréscimo da dívida a entidades do “SNS” no valor de 213.820€ (menos 14,07%). Observada, em março de 2021, a composição dos pagamentos em atraso, verifica-se que as dívidas a “Fornecedores Externos” são as que apresentam maior peso relativo (69,88%), seguidas das dívidas a “SNS”, cujo peso relativo se situa em 30,12%.
- n) O indicador PMP reportado pelo SGF apresenta, quando comparados o 1º trimestre de 2020 e 2021, uma descida de 47 dias.

### 2.2. Limitações de Âmbito

Importa referir, ainda, que o curto ciclo de realização deste Relatório determinou que a informação vertida nas várias peças financeiras beneficiasse da presunção de verdade, não tendo sido possível confirmar a existência de distorções materialmente relevantes.

## 3. CONTROLO ORÇAMENTAL

## 3.1. Execução e Evolução Orçamental da Despesa

Para efeito de simplificação dos quadros seguintes, utilizar-se-á a classificação económica, por Capítulos e Grupos ou Agrupamentos e Subagrupamentos (consoante se trate da classificação económica da receita ou despesa), vertidos no anexo I do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

Quadro 1 – Execução Orçamental da Despesa (março de 2021)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DA DESPESA	Dotações Corrigidas		Compromissos Assumidos		Despesa Paga		Dotação Não Comprometida		Grau de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>89.014.800</b>	<b>94,22</b>	<b>46.589.817</b>	<b>97,95</b>	<b>21.621.093</b>	<b>98,64</b>	<b>42.424.983</b>	<b>90,45</b>	<b>24,29</b>
<b>01 Despesas com o pessoal</b>	<b>55.442.677</b>	<b>58,69</b>	<b>14.840.780</b>	<b>31,20</b>	<b>13.100.450</b>	<b>59,76</b>	<b>40.601.897</b>	<b>86,56</b>	<b>23,63</b>
01.01 Remunerações certas e permanentes	37.034.084	39,20	8.476.369	17,82	7.812.630	35,64	28.557.715	60,88	21,10
01.02 Abonos variáveis ou eventuais	8.140.310	8,62	3.102.798	6,52	2.824.941	12,89	5.037.512	10,74	34,70
01.03 Segurança Social	10.268.283	10,87	3.261.613	6,86	2.462.880	11,24	7.006.670	14,94	23,99
<b>02 Aquisição de bens e serviços</b>	<b>33.510.673</b>	<b>35,47</b>	<b>31.691.435</b>	<b>66,62</b>	<b>8.496.251</b>	<b>38,76</b>	<b>1.819.238</b>	<b>3,88</b>	<b>25,35</b>
02.01 Aquisição de bens	13.858.225	14,67	13.890.931	29,20	2.227.024	10,16	-32.706	-0,07	16,07
02.02 Aquisição de serviços	19.652.448	20,80	17.800.505	37,42	6.269.228	28,60	1.851.943	3,95	31,90
<b>03 Juros e outros encargos</b>	<b>4.500</b>	<b>0,00</b>	<b>21.774</b>	<b>0,05</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>-17.274</b>	<b>-0,04</b>	<b>0,00</b>
03.05 Outros juros	4.500	0,00	21.774	0,05	0	0,00	-17.274	-0,04	0,00
03.06 Outros encargos financeiros	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>04 Transferências correntes</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
04.08 Famílias	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>06 Outras despesas correntes</b>	<b>56.950</b>	<b>0,06</b>	<b>35.828</b>	<b>0,08</b>	<b>24.391</b>	<b>0,11</b>	<b>21.122</b>	<b>0,05</b>	<b>42,83</b>
06.02 Diversas	56.950	0,06	35.828	0,08	24.391	0,11	21.122	0,05	42,83
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.456.994</b>	<b>5,78</b>	<b>977.096</b>	<b>2,05</b>	<b>298.904</b>	<b>1,36</b>	<b>4.479.898</b>	<b>9,55</b>	<b>5,48</b>
<b>07 Aquisição de bens de capital</b>	<b>5.456.994</b>	<b>5,78</b>	<b>977.096</b>	<b>2,05</b>	<b>298.904</b>	<b>1,36</b>	<b>4.479.898</b>	<b>9,55</b>	<b>5,48</b>
07.01 Investimentos	5.456.994	5,78	977.096	2,05	298.904	1,36	4.479.898	9,55	5,48
07.02 Terrenos - Locação financeira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>12 Operações Extra-Orçamentais</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
12.01 O.T. - Entrega de receita do Estado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>94.471.794</b>	<b>100,00</b>	<b>47.566.913</b>	<b>100,00</b>	<b>21.919.997</b>	<b>100,00</b>	<b>46.904.881</b>	<b>100,00</b>	<b>23,20</b>

Fonte: Mapa 7.1 – Balancete de Controlo Orçamental (Despesa) do SICC

Quadro 2 – Execução Orçamental da Despesa (março de 2020)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DA DESPESA	Dotações Corrigidas		Compromissos Assumidos		Despesa Paga		Dotação Não Comprometida		Grau de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>85.159.898</b>	<b>92,11</b>	<b>39.769.363</b>	<b>96,54</b>	<b>21.454.469</b>	<b>95,47</b>	<b>45.390.535</b>	<b>88,55</b>	<b>25,19</b>
<b>01 Despesas com o pessoal</b>	<b>52.546.108</b>	<b>56,83</b>	<b>13.522.663</b>	<b>32,83</b>	<b>11.898.309</b>	<b>52,95</b>	<b>39.023.445</b>	<b>76,13</b>	<b>22,64</b>
01.01 Remunerações certas e permanentes	35.575.684	38,48	8.309.652	20,17	7.638.722	33,99	27.266.032	53,19	21,47
01.02 Abonos variáveis ou eventuais	7.335.764	7,93	2.284.758	5,55	2.048.589	9,12	5.051.006	9,85	27,93
01.03 Segurança Social	9.634.660	10,42	2.928.252	7,11	2.210.998	9,84	6.706.408	13,08	22,95
<b>02 Aquisição de bens e serviços</b>	<b>32.372.790</b>	<b>35,01</b>	<b>26.204.265</b>	<b>63,61</b>	<b>9.528.276</b>	<b>42,40</b>	<b>6.168.525</b>	<b>12,03</b>	<b>29,43</b>
02.01 Aquisição de bens	15.245.024	16,49	13.176.597	31,99	3.195.924	14,22	2.068.427	4,04	20,96
02.02 Aquisição de serviços	17.127.766	18,53	13.027.668	31,62	6.332.352	28,18	4.100.098	8,00	36,97
<b>03 Juros e outros encargos</b>	<b>500</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>500</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
03.05 Outros juros	500	0,00	0	0,00	0	0,00	500	0,00	0,00
03.06 Outros encargos financeiros	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>04 Transferências correntes</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
04.08 Famílias	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>06 Outras despesas correntes</b>	<b>240.500</b>	<b>0,26</b>	<b>42.435</b>	<b>0,10</b>	<b>27.884</b>	<b>0,12</b>	<b>198.065</b>	<b>0,39</b>	<b>11,59</b>
06.02 Diversas	240.500	0,26	42.435	0,10	27.884	0,12	198.065	0,39	11,59
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>7.296.147</b>	<b>7,89</b>	<b>1.425.820</b>	<b>3,46</b>	<b>1.017.476</b>	<b>4,53</b>	<b>5.870.327</b>	<b>11,45</b>	<b>13,95</b>
<b>07 Aquisição de bens de capital</b>	<b>7.296.147</b>	<b>7,89</b>	<b>1.425.820</b>	<b>3,46</b>	<b>1.017.476</b>	<b>4,53</b>	<b>5.870.327</b>	<b>11,45</b>	<b>13,95</b>
07.01 Investimentos	7.296.147	7,89	1.425.820	3,46	1.017.476	4,53	5.870.327	11,45	13,95
07.02 Terrenos - Locação financeira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>12 Operações Extra-Orçamentais</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
12.01 O.T. - Entrega de receita do Estado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>92.456.045</b>	<b>100,00</b>	<b>41.195.183</b>	<b>100,00</b>	<b>22.471.945</b>	<b>100,00</b>	<b>51.260.862</b>	<b>100,00</b>	<b>24,31</b>

Fonte: Mapa 7.1 – Balancete de Controlo Orçamental (Despesa) do SICC



Quando comparados os orçamentos de despesa concernentes a 2020 e 2021, verifica-se um aumento no montante global das “Dotações corrigidas” de 2.015.749€ (mais 2,18%).

As “Despesas com o pessoal” e “Aquisição de bens e serviços” constituem as rubricas de maior peso no total do orçamento da despesa, correspondendo, quando conjugadas, a 94,16% em março de 2021 e 91,85% em igual período do ano anterior.

No 1º trimestre de 2021 conclui-se, relativamente à dotação do período, por um grau de execução abaixo do orçamentado em menos 1,80%. Este cenário está significativamente influenciado pela variação da dotação do período quando comparada com a despesa paga concernente a “Aquisição de bens de capital” e “Despesas com o pessoal”, cujos desvios foram de -1.065.344€ (-19,52%) e -760.219€ (-1,37%), respetivamente.

### 3.2. Execução e Evolução Orçamental da Receita

Quadro 3 – Execução Orçamental da Receita (março de 2021)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DA RECEITA	Provisões Corrigidas		Receitas Liquidadas		Receita Cobrada		Grau de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>88.848.743</b>	<b>94,05</b>	<b>21.860.056</b>	<b>98,03</b>	<b>21.829.479</b>	<b>98,03</b>	<b>24,57</b>
<b>01 Impostos diretos</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
01.01 Sobre o rendimento	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>02 Impostos indiretos</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
02.02 Outros	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>04 Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>1.460.218</b>	<b>1,55</b>	<b>127.198</b>	<b>0,57</b>	<b>125.227</b>	<b>0,56</b>	<b>8,58</b>
04.01 Taxas	1.460.218	1,55	127.198	0,57	125.227	0,56	8,58
04.02 Juros de mora	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>05 Rendimentos da propriedade</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
05.02 Juros — Sociedades financeiras	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>06 Transferências correntes</b>	<b>176.000</b>	<b>0,19</b>	<b>11.700</b>	<b>0,05</b>	<b>11.700</b>	<b>0,05</b>	<b>6,65</b>
06.02 Sociedades Financeiras	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
06.03 Administração central	176.000	0,19	11.700	0,05	11.700	0,05	6,65
06.09 Resto do mundo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>07 Venda de bens e serviços correntes</b>	<b>86.902.205</b>	<b>91,99</b>	<b>21.640.880</b>	<b>97,05</b>	<b>21.583.179</b>	<b>96,92</b>	<b>24,84</b>
07.02 Serviços	86.902.205	91,99	21.640.880	97,05	21.583.179	96,92	24,84
<b>08 Outras receitas correntes</b>	<b>310.320</b>	<b>0,33</b>	<b>80.215</b>	<b>0,36</b>	<b>109.373</b>	<b>0,49</b>	<b>35,25</b>
08.01 Outras	310.320	0,33	80.215	0,36	109.373	0,49	35,25
<b>09 Venda de bens de investimento</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>62</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
09.03 Edifícios	0	0,00	62	0,00	0	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>5.623.051</b>	<b>5,95</b>	<b>439.411</b>	<b>1,97</b>	<b>439.411</b>	<b>1,97</b>	<b>7,81</b>
<b>10 Aquisição de bens de capital</b>	<b>5.054.766</b>	<b>5,35</b>	<b>429.817</b>	<b>1,93</b>	<b>429.817</b>	<b>1,93</b>	<b>8,50</b>
10.08 Famílias	5.054.766	5,35	429.817	1,93	429.817	1,93	8,50
<b>12 Passivos Financeiros</b>	<b>568.285</b>	<b>0,60</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
12.06 A.P. - Administração Central - SFA	568.285	0,60	0	0,00	0	0,00	0,00
12.07 A.P. - Administração Central - Estado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>15 Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>9.594</b>	<b>0,04</b>	<b>9.594</b>	<b>0,04</b>	<b>0,00</b>
15.01 Reposições não abatidas nos pagamentos	0	0,00	9.594	0,04	9.594	0,04	0,00
<b>16 Saldo da gerência anterior</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
16.01 Saldo orçamental	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>17 Operações Extra-Orçamentais</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
17.01 O.T. - Retenção de receitas do Estado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>94.471.794</b>	<b>100,00</b>	<b>22.299.467</b>	<b>100,00</b>	<b>22.268.890</b>	<b>100,00</b>	<b>23,57</b>

Fonte: Mapa 7.2 – Balancete de Controlo Orçamental (Receita) do SICC

Quadro 4 – Execução Orçamental da Receita (março de 2020)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DA RECEITA	Provisões Corrigidas		Receitas Liquidadas		Receita Cobrada		Grau de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>83.727.532</b>	<b>90,56</b>	<b>21.398.469</b>	<b>93,15</b>	<b>21.274.297</b>	<b>93,12</b>	<b>25,41</b>
<b>01 Impostos diretos</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
01.01 Sobre o rendimento	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>02 Impostos indiretos</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
02.02 Outros	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>04 Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>287.752</b>	<b>1,25</b>	<b>286.724</b>	<b>1,25</b>	<b>0,00</b>
04.01 Taxas	0	0,00	287.752	1,25	286.724	1,25	0,00
04.02 Juros de mora	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>05 Rendimentos da propriedade</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
05.02 Juros — Sociedades financeiras	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>06 Transferências correntes</b>	<b>196.600</b>	<b>0,21</b>	<b>18.272</b>	<b>0,08</b>	<b>18.272</b>	<b>0,08</b>	<b>9,29</b>
06.02 Sociedades Financeiras	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
06.03 Administração central	196.600	0,21	18.272	0,08	18.272	0,08	9,29
06.09 Resto do mundo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>07 Venda de bens e serviços correntes</b>	<b>83.530.932</b>	<b>90,35</b>	<b>21.072.376</b>	<b>91,73</b>	<b>20.962.010</b>	<b>91,75</b>	<b>25,09</b>
07.02 Serviços	83.530.932	90,35	21.072.376	91,73	20.962.010	91,75	25,09
<b>08 Outras receitas correntes</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>20.069</b>	<b>0,09</b>	<b>7.291</b>	<b>0,03</b>	<b>0,00</b>
08.01 Outras	0	0,00	20.069	0,09	7.291	0,03	0,00
<b>09 Venda de bens de investimento</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
09.03 Edifícios	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>8.728.513</b>	<b>9,44</b>	<b>1.572.588</b>	<b>6,85</b>	<b>1.572.588</b>	<b>6,88</b>	<b>18,02</b>
<b>10 Aquisição de bens de capital</b>	<b>6.426.087</b>	<b>6,95</b>	<b>70.222</b>	<b>0,31</b>	<b>70.222</b>	<b>0,31</b>	<b>1,09</b>
10.08 Famílias	6.426.087	6,95	70.222	0,31	70.222	0,31	1,09
<b>12 Passivos Financeiros</b>	<b>2.302.426</b>	<b>2,49</b>	<b>1.502.366</b>	<b>6,54</b>	<b>1.502.366</b>	<b>6,58</b>	<b>65,25</b>
12.06 A.P. - Administração Central - SFA	800.060	0,87	0	0,00	0	0,00	0,00
12.07 A.P. - Administração Central - Estado	1.502.366	1,62	1.502.366	6,54	1.502.366	6,58	100,00
<b>15 Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
15.01 Reposições não abatidas nos pagamentos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>16 Saldo da gerência anterior</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
16.01 Saldo orçamental	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>17 Operações Extra-Orçamentais</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
17.01 O.T. - Retenção de receitas do Estado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>92.456.045</b>	<b>100,00</b>	<b>22.971.057</b>	<b>100,00</b>	<b>22.846.885</b>	<b>100,00</b>	<b>24,71</b>

Fonte: Mapa 7.2 – Balancete de Controlo Orçamental (Receita) do SICC

A receita corrente relativa a “Taxas, multas e outras penalidades” corresponde maioritariamente à cobrança de Taxas Moderadoras, tendo no 1º trimestre de 2021 e 2020, apresentado um grau de execução de 8,58% e 0,00%, respetivamente.

A componente com maior peso relativo no total das “Provisões Corrigidas” corresponde às receitas orçamentadas na rubrica “Venda de bens e serviços correntes”, representando no 1º trimestre de 2021 e 2020, 91,99% e 90,35%, respetivamente.

As receitas cobradas registaram, de 2020 para 2021, um decréscimo de 577.995€ (menos 2,53%), significativamente influenciado pelas verbas provenientes de “Passivos Financeiros”.

## 3.3. Alterações Orçamentais

Quadro 5 – Alterações Orçamentais da Despesa (até março de 2021)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DA DESPESA	Orçamento Aprovado	1ª Alteração	Dotação Corrigida	2ª Alteração	Dotação Corrigida
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>89.131.800</b>	<b>0</b>	<b>89.131.800</b>	<b>-117.000</b>	<b>89.014.800</b>
<b>01 Despesas com o pessoal</b>	<b>55.442.677</b>	<b>0</b>	<b>55.442.677</b>	<b>0</b>	<b>55.442.677</b>
01.01 Remunerações certas e permanentes	37.034.084	0	37.034.084	0	37.034.084
01.02 Abonos variáveis ou eventuais	8.140.310	0	8.140.310	0	8.140.310
01.03 Segurança Social	10.268.283	0	10.268.283	0	10.268.283
<b>02 Aquisição de bens e serviços</b>	<b>33.627.673</b>	<b>0</b>	<b>33.627.673</b>	<b>-117.000</b>	<b>33.510.673</b>
02.01 Aquisição de bens	13.963.225	0	13.963.225	-105.000	13.858.225
02.02 Aquisição de serviços	19.664.448	0	19.664.448	-12.000	19.652.448
<b>03 Juros e outros encargos</b>	<b>4.500</b>	<b>0</b>	<b>4.500</b>	<b>0</b>	<b>4.500</b>
03.05 Juros	4.500	0	4.500	0	4.500
03.06 Outros encargos financeiros	0	0	0	0	0
<b>04 Transferências correntes</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
04.08 Famílias	0	0	0	0	0
<b>06 Outras despesas correntes</b>	<b>56.950</b>	<b>0</b>	<b>56.950</b>	<b>0</b>	<b>56.950</b>
06.02 Diversas	56.950	0	56.950	0	56.950
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.339.994</b>	<b>0</b>	<b>5.339.994</b>	<b>117.000</b>	<b>5.456.994</b>
<b>07 Aquisição de bens de capital</b>	<b>5.339.994</b>	<b>0</b>	<b>5.339.994</b>	<b>117.000</b>	<b>5.456.994</b>
07.01 Investimentos	5.339.994	0	5.339.994	117.000	5.456.994
<b>12 Operações Extra-Orçamentais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
12.01 Operações de Tesouraria - Entrega de receitas do Estado	0	0	0	0	0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>94.471.794</b>	<b>0</b>	<b>94.471.794</b>	<b>0</b>	<b>94.471.794</b>

Fonte: Informações do SGF dirigidas ao Conselho de Administração

Quadro 6 – Alterações Orçamentais da Receita (até março de 2021)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DA RECEITA	Orçamento Aprovado	1ª Alteração	Provisão Corrigida	2ª Alteração	Provisão Corrigida
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>88.848.743</b>	<b>0</b>	<b>88.848.743</b>	<b>0</b>	<b>88.848.743</b>
<b>04 Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>1.460.218</b>	<b>0</b>	<b>1.460.218</b>	<b>0</b>	<b>1.460.218</b>
04.01 Taxas	1.460.218	0	1.460.218	0	1.460.218
04.02 Juros de mora	0	0	0	0	0
<b>05 Rendimentos de Propriedade</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
05.02 Juros Sociedades Financeiras	0	0	0	0	0
<b>06 Transferências correntes</b>	<b>176.000</b>	<b>0</b>	<b>176.000</b>	<b>0</b>	<b>176.000</b>
06.02 Sociedades Financeiras	0	0	0	0	0
06.03 Administração central	176.000	0	176.000	0	176.000
<b>07 Venda de bens e serviços correntes</b>	<b>86.902.205</b>	<b>0</b>	<b>86.902.205</b>	<b>0</b>	<b>86.902.205</b>
07.02 Serviços	86.902.205	0	86.902.205	0	86.902.205
<b>08 Outras receitas correntes</b>	<b>310.320</b>	<b>0</b>	<b>310.320</b>	<b>0</b>	<b>310.320</b>
08.01 Outras	310.320	0	310.320	0	310.320
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>5.623.051</b>	<b>0</b>	<b>5.623.051</b>	<b>0</b>	<b>5.623.051</b>
<b>10 Aquisição de bens de capital</b>	<b>5.054.766</b>	<b>0</b>	<b>5.054.766</b>	<b>0</b>	<b>5.054.766</b>
10.08 Famílias	5.054.766	0	5.054.766	0	5.054.766
<b>12 Passivos Financeiros</b>	<b>568.285</b>	<b>0</b>	<b>568.285</b>	<b>0</b>	<b>568.285</b>
12.07 Administração Pública - Administração Central - Estado	568.285	0	568.285	0	568.285
<b>16 Saldo da gerência anterior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
16.01 Saldo orçamental	0	0	0	0	0
<b>17 Operações Extra-Orçamentais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
17.01 Operações de Tesouraria - Retenção de receitas do Estado	0	0	0	0	0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>94.471.795</b>	<b>0</b>	<b>94.471.795</b>	<b>0</b>	<b>94.471.795</b>

Fonte: Informações do SGF dirigidas ao Conselho de Administração

Quadro 7 – Memórias Descritivas das Alterações Orçamentais

#	Justificação
1ª A.O. 09-02-2021	<p>Na sequência da Informação n.º 379/2021 de 03 de Fevereiro do Serviço de Aprovisionamento e Logística, onde solicitam uma alteração orçamental de modo a reforçar a rubrica 02.02.14.BO.00 em 121.000€, de modo a assegurar as necessidades existente. Assim, o mesmo valor será retirado da rubrica 02.02.20.E0.00, segundo a indicação do mesmo serviço.</p> <p>Solicitamos pois a sua autorização e posterior envio para autorização superior junto da ACSS e DGO.</p>
2ª A.O. 29-04-2020	<p>Na sequência da Informação n.º 526/2021 de 16 de Fevereiro e n.º 1064/2021 de 14 de Abril, ambas do Serviço de Aprovisionamento e Logística, onde solicitam uma alteração orçamental de modo a reforçar as rubricas: 02.01.08.AO.00 - Papel, 02.02.20.A0.C0 - Outros, 02.01.02 - Combustíveis e lubrificantes, 02.02.22.H0.00 - Outros e 02.02.20.E0.00 - Outros de modo a assegurar as necessidades existente.</p> <p>Assim, o mesmo valor será retirado da rubrica 02.01.08.C0.00 - Outros, 02.02.20.E0.00 - Outros, 02.02.25 - Outros serviços e 02.02.03 - Conservação de bens segundo a indicação do mesmo serviço.</p> <p>Na sequência das informações do Serviço de Aprovisionamento, solicitamos orientações, pois para assegurar as necessidades das rubricas 02.02.22.H0.00 - Outros, no valor de 1.900.0000, 07.01.10.BÓ.B0 - Outros, 07.01.07.BO.CO - Outros, 07.01.08.B0.B0- Outros, num total de 309.827,500 e na rubrica 07.01.07.B0.C0 - Outros, na Fonte de Financiamento 415, o valor de 50.0000 não nos foi indicado de onde poderia ser retirado o valor para colmatar essas necessidades.</p> <p>Salienta-se ainda que se registou o acerto dos valores das medidas 095/096 - Covid, que não se encontravam autorizada inicialmente em orçamento.</p> <p>Solicitamos pois a sua autorização e posterior envio para autorização superior junto da ACSS e DGO</p>

Fonte: Informação do SGF dirigida ao Conselho de Administração

## 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 4.1. Balanço

O Balanço evidencia a situação líquida e patrimonial da ULSNA, EPE, e apresenta, no 1º trimestre de 2021, a seguinte composição:

Quadro 8 – Balanço

RUBRICAS	2021	2020
<b>Ativo não corrente</b>	<b>48.324.146,62</b>	<b>46.097.477,49</b>
Ativos fixos tangíveis	48.055.783,19	45.840.133,30
Propriedades de investimento	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00
Participações financeiras	0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00
Diferimentos	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00
Outras contas a receber	268.363,43	257.344,19
<b>Ativo corrente</b>	<b>73.487.774,41</b>	<b>77.601.095,44</b>
Inventários	1.636.330,00	1.392.330,34
Ativos biológicos	0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	12.907.601,81	13.003.679,06
Estado e outros entes públicos	375.890,75	375.890,75
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00
Outras contas a receber	47.187.341,43	52.544.578,00
Diferimentos	0,00	0,00
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00
Caixa e depósitos	11.380.610,42	10.284.617,29
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>121.811.921,03</b>	<b>123.698.572,93</b>
<b>Património Líquido</b>	<b>44.834.102,06</b>	<b>55.371.086,02</b>
Património/Capital	35.920.000,00	35.920.000,00
Ações (quotas) próprias	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Prémios de emissão	0,00	0,00
Reservas	27.940.081,88	27.940.081,88
Resultados transitados	-23.989.086,60	-24.409.111,32
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00
Outras variações no Património Líquido	11.135.661,39	10.530.856,01
Resultado líquido do período	-6.172.554,61	5.389.259,45
Dividendos antecipados	0,00	0,00
Interesses que não controlam		
<b>Passivo não corrente</b>	<b>2.840.317,42</b>	<b>764.266,65</b>
Provisões	167.742,67	734.591,58
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Diferimentos	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00
Outras contas a pagar	2.672.574,75	29.675,07
<b>Passivo corrente</b>	<b>74.137.501,55</b>	<b>67.563.220,26</b>
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00	0,00
Fornecedores	11.947.591,09	8.587.099,02
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	39.725.918,74	36.586.393,48
Estado e outros entes públicos	1.771.098,06	1.025.158,69
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	228.166,40	187.761,45
Outras contas a pagar	20.362.454,85	21.133.244,57
Diferimentos	102.272,41	43.563,05
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00
Outros passivos financeiros	0,00	0,00
<b>Total do Passivo</b>	<b>76.977.818,97</b>	<b>68.327.486,91</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>	<b>121.811.921,03</b>	<b>123.698.572,93</b>

Fonte: SNCAP\_BLC – Balanço (SICC)

O Balanço encontra-se equilibrado entre o Total do Ativo e o Total do Património Líquido e Passivo.

A estrutura do Ativo, em março de 2021, apresentava-se maioritariamente composta por 48.055.783€ na rubrica “Ativos fixos tangíveis”, 47.187.341€ na rubrica “Outras contas a receber” e 12.907.602€ na rubrica “Clientes, contribuintes e utentes”, correspondendo a 39,45%, 38,74% e 10,60% do Total do Ativo, respetivamente.

No mesmo mês em análise, o Total do Ativo situava-se em 121.811.921€, decrescendo 1.886.652€ (menos 1,53%) face a março de 2020. Este decréscimo ficou a dever-se, fundamentalmente, à diminuição de 5.357.237€ (menos 10,20%) na rubrica “Outras contas a receber”, por contrapartida dos aumentos de 2.215.650€ (mais 4,83%) na rubrica “Ativos fixos tangíveis” e de 1.095.993€ (mais 10,66%) na rubrica “Caixa e depósitos”.

O Património Líquido é a componente de menor expressão no somatório do Património Líquido e Passivo, tendo o respetivo valor ascendido a 44.834.102€ no 1º trimestre de 2021 e a 55.371.086€ no mesmo período de 2020, cenário que se traduz numa redução de 10.536.984€ (menos 19,03%).

O Passivo registado no 1º trimestre de 2021 situava-se em 76.977.819€, representando um acréscimo de 8.650.332€ quando comparado com igual período de 2020. Este acréscimo ficou a dever-se, fundamentalmente, aos aumentos de 3.360.492€ (mais 39,13%) na rubrica “Fornecedores”, de 3.139.525€ (mais 8,58%) na rubrica “Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes” e de 2.642.900€ (mais 8.906,13%) na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

#### 4.2. Demonstração de Resultados

Quadro 9 – Demonstração de Resultados por Natureza

RUBRICAS	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	269.567	457.380
Vendas	0	0
Prestações de serviços e concessões	19.575.507	28.254.807
Transferências e subsídios correntes obtidos	11.700	18.272
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0
Variações nos inventários da produção	0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)	-4.494.896	-3.088.320
Fornecimentos e serviços externos (FSE)	-6.838.499	-6.769.198
Gastos com pessoal	-14.486.179	-13.247.441
Transferências e subsídios concedidos	0	0
Prestações sociais	0	0
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	0
Provisões (aumentos/reduções)	0	0
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0
Aumentos/reduções de justo valor	0	0
Outros rendimentos e ganhos	142.514	106.769
Outros gastos e perdas	-31.557	-22.171
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>-5.851.843</b>	<b>5.710.099</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-320.431	-320.431
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>-6.172.275</b>	<b>5.389.668</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0
Juros e gastos similares suportados	-280	-408
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-6.172.555</b>	<b>5.389.259</b>
Imposto sobre o rendimento	0	0
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-6.172.555</b>	<b>5.389.259</b>

Fonte: SNCAP\_DR – Demonstração dos Resultados por Natureza (SICC)

O Resultado Líquido do Período, no final do 1º trimestre de 2021, situava-se em -6.172.555€, influenciado, sobretudo, pelos Resultados Operacionais que, no mesmo período, registaram -6.172.275€. Quando comparado o Resultado Líquido do Período no final do 1º trimestre de 2021 com aquele determinado em período homólogo do ano anterior, observa-se uma descida de 11.561.814€ (menos 214,53%), fortemente influenciada pela diminuição de “Prestações de serviços e concessões”, na ordem de 8.679.300€.

Gráfico 1 – Comparação dos Gastos 1º trimestre de 2020 e 2021

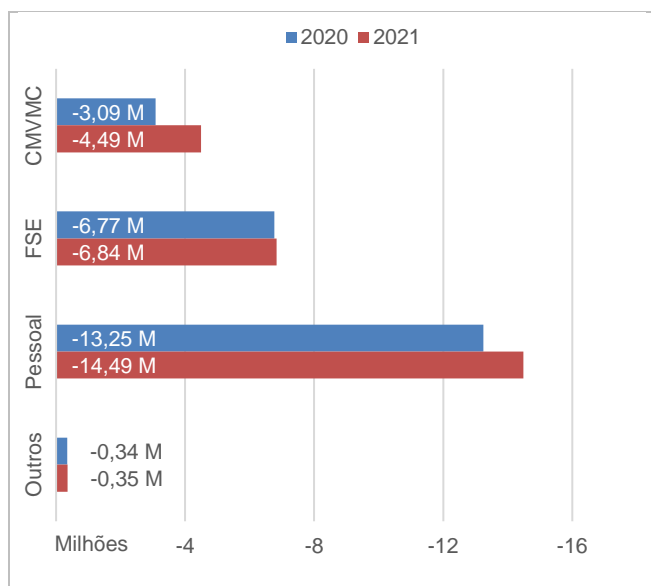
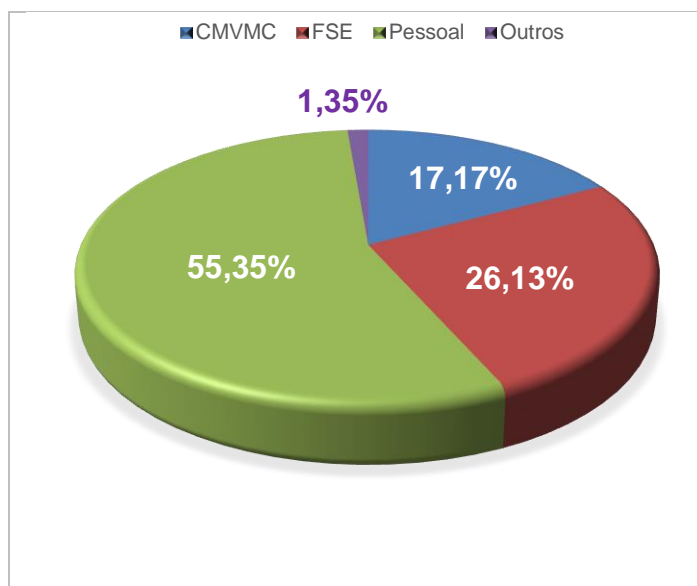


Gráfico 2 – Distribuição dos Gastos 1º trimestre de 2021



O total dos Gastos no 1º trimestre de 2021, no montante de 26.171.842€, sofreu, em valor absoluto, um aumento de 2.723.874€ (mais 11,62%), quando comparado com o 1º trimestre de 2020. Importa, todavia, assinalar e justificar as variações mais significativas.

Quadro 10 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

RUBRICAS	2021		2020		2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</b>	<b>4.494.896</b>	<b>100,00</b>	<b>3.088.320</b>	<b>100,00</b>	<b>1.406.577</b>	<b>45,55</b>
<b>Matérias de consumo específico dos serviços de saúde</b>	<b>4.494.883</b>	<b>100,00</b>	<b>3.088.260</b>	<b>100,00</b>	<b>1.406.623</b>	<b>45,55</b>
<b>Produtos farmacêuticos</b>	<b>3.422.016</b>	<b>76,13</b>	<b>2.264.177</b>	<b>73,31</b>	<b>1.157.839</b>	<b>51,14</b>
Medicamentos	1.941.626	43,20	1.662.252	53,82	279.374	16,81
Reagentes e produtos de diagnóstico rápido	1.376.471	30,62	504.859	16,35	871.612	172,64
Outros produtos farmacêuticos	103.919	2,31	97.066	3,14	6.853	7,06
<b>Material de consumo clínico</b>	<b>999.507</b>	<b>22,24</b>	<b>742.898</b>	<b>24,06</b>	<b>256.609</b>	<b>34,54</b>
Material de Penso	24.845	0,55	27.565	0,89	-2.720	-9,87
Artigos Cirúrgicos	102.602	2,28	54.988	1,78	47.613	86,59
Material de Tratamento	264.592	5,89	247.595	8,02	16.997	6,86
Material de Electromedicina	3.680	0,08	4.214	0,14	-534	-12,67
Material de Laboratório	94.802	2,11	89.814	2,91	4.988	5,55
Próteses	74.425	1,66	105.880	3,43	-31.455	-29,71
Material de Osteossíntese	78.193	1,74	57.391	1,86	20.802	36,25
Outro Material Consumo Clínico	356.369	7,93	155.451	5,03	200.917	129,25
<b>Material de consumo hoteleiro</b>	<b>34.217</b>	<b>0,76</b>	<b>40.059</b>	<b>1,30</b>	<b>-5.842</b>	<b>-14,58</b>
<b>Material de consumo administrativo</b>	<b>15.514</b>	<b>0,35</b>	<b>25.483</b>	<b>0,83</b>	<b>-9.969</b>	<b>-39,12</b>
Papel	6.377	0,14	9.119	0,30	-2.742	-30,07
Consumíveis de impressão	338	0,01	487	0,02	-149	-30,58
Outros	8.799	0,20	15.877	0,51	-7.077	-44,58
<b>Material de Manutenção e Conservação</b>	<b>21.736</b>	<b>0,48</b>	<b>15.012</b>	<b>0,49</b>	<b>6.723</b>	<b>44,78</b>
<b>Outro material de consumo</b>	<b>1.893</b>	<b>0,04</b>	<b>630</b>	<b>0,02</b>	<b>1.263</b>	<b>200,51</b>
<b>Peças e outros materiais de manutenção</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>Alimentação - géneros para confeccionar</b>	<b>13</b>	<b>0,00</b>	<b>59</b>	<b>0,00</b>	<b>-46</b>	<b>-77,62</b>
<b>Outros materiais diversos de consumo</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>4.494.896</b>	<b>100,00</b>	<b>3.088.320</b>	<b>100,00</b>	<b>1.406.577</b>	<b>45,55</b>

Fonte: Balancete do Razão Geral do SICC

O CMVMC, que representou, no 1º trimestre de 2021, 17,17% no total de Gastos, aumentou face ao período homólogo de 2020, 1.406.577€ (mais 45,55%). Este acréscimo ficou a dever-se, fundamentalmente, aos aumentos de 1.157.839€ (mais 51,14%) na rubrica “Produtos farmacêuticos” e de 256.609€ (mais 34,54%) na rubrica “Material de consumo clínico”, por contrapartida da diminuição de 9.969€ (menos 39,12%) na rubrica “Material de consumo administrativo”.



As matérias de consumo específico dos Serviços de Saúde são compostas, maioritariamente, pelas rubricas “Produtos farmacêuticos” e “Material de consumo clínico”, cujos montantes equivalem, no 1º trimestre de 2021, a 76,13% e 22,24% destes gastos, respetivamente.

A variação verificada em “Produtos farmacêuticos” justifica-se pelos aumentos de 871.612€ (mais 172,64%) na rubrica “Reagentes e produtos de diagnóstico rápido”, de 279.374€ (mais 16,81%) na rubrica “Medicamentos” e de 6.853€ (mais 7,06%) na rubrica “Outros produtos farmacêuticos”.

Finalmente, a variação ocorrida no “Material de consumo clínico” poderá ser explicada, essencialmente, pelos aumentos de 200.917€ (mais 129,25%) na rubrica “Outro Material Consumo Clínico” e de 47.613€ (mais 86,59%) na rubrica “Artigos Cirúrgicos”, por contrapartida da diminuição de 31.455€ (menos 29,71%) na rubrica “Próteses”.

Quadro 11 – Fornecimentos e Serviços Externos

RUBRICAS	2021		2020		2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Subcontratos e concessões de serviços</b>	<b>2.792.645</b>	<b>40,84</b>	<b>2.746.050</b>	<b>40,57</b>	<b>46.596</b>	<b>1,70</b>
<b>Serviços de saúde</b>	<b>2.792.645</b>	<b>40,84</b>	<b>2.746.050</b>	<b>40,57</b>	<b>46.596</b>	<b>1,70</b>
Meios complementares de diagnóstico	886.561	12,96	801.333	11,84	85.228	10,64
Meios complementares de terapêutica	1.218.276	17,81	1.144.792	16,91	73.484	6,42
Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	7.843	0,11	45.914	0,68	-38.071	-82,92
Internamentos	629.215	9,20	655.436	9,68	-26.221	-4,00
Contratos e Acordos	14.585	0,21	34.974	0,52	-20.389	-58,30
Outros subcontratos	36.164	0,53	63.600	0,94	-27.436	-43,14
<b>Serviços especializados</b>	<b>2.405.208</b>	<b>35,17</b>	<b>2.138.295</b>	<b>31,59</b>	<b>266.913</b>	<b>12,48</b>
<b>Trabalhos especializados</b>	<b>1.577.426</b>	<b>23,07</b>	<b>1.591.140</b>	<b>23,51</b>	<b>-13.714</b>	<b>-0,86</b>
Projetos e serviços de informática	3.830	0,06	3.830	0,06	0	0,00
Outros trabalhos especializados	1.573.596	23,01	1.587.310	23,45	-13.714	-0,86
<b>Publicidade, comunicação e imagem</b>	<b>14.452</b>	<b>0,21</b>	<b>5.189</b>	<b>0,08</b>	<b>9.262</b>	<b>178,49</b>
<b>Vigilância e segurança</b>	<b>154.228</b>	<b>2,26</b>	<b>100.000</b>	<b>1,48</b>	<b>54.228</b>	<b>54,23</b>
<b>Honorários</b>	<b>305.914</b>	<b>4,47</b>	<b>261.130</b>	<b>3,86</b>	<b>44.784</b>	<b>17,15</b>
Contratos individuais por avença	4.736	0,07	4.740	0,07	-5	-0,10
Outros honorários	301.178	4,40	256.390	3,79	44.789	17,47
<b>Conservação e reparação</b>	<b>353.188</b>	<b>5,16</b>	<b>180.836</b>	<b>2,67</b>	<b>172.352</b>	<b>95,31</b>
Assistência técnica	241.685	3,53	107.471	1,59	134.214	124,88
Outros gastos de conservação e reparação	111.503	1,63	73.365	1,08	38.138	51,98
<b>Materiais de consumo</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>Energia e fluidos</b>	<b>410.684</b>	<b>6,01</b>	<b>359.176</b>	<b>5,31</b>	<b>51.508</b>	<b>14,34</b>
<b>Eletricidade</b>	<b>289.206</b>	<b>4,23</b>	<b>261.062</b>	<b>3,86</b>	<b>28.143</b>	<b>10,78</b>
<b>Combustíveis e lubrificantes</b>	<b>78.271</b>	<b>1,14</b>	<b>53.710</b>	<b>0,79</b>	<b>24.561</b>	<b>45,73</b>
<b>Água</b>	<b>43.208</b>	<b>0,63</b>	<b>44.404</b>	<b>0,66</b>	<b>-1.196</b>	<b>-2,69</b>
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>630.278</b>	<b>9,22</b>	<b>784.207</b>	<b>11,58</b>	<b>-153.928</b>	<b>-19,63</b>
<b>Deslocações e estadas</b>	<b>1.808</b>	<b>0,03</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>1.808</b>	<b>100,00</b>
<b>Transporte de doentes</b>	<b>628.224</b>	<b>9,19</b>	<b>784.084</b>	<b>11,58</b>	<b>-155.859</b>	<b>-19,88</b>
Transporte de doentes não urgentes	628.224	9,19	784.084	11,58	-155.859	-19,88
<b>Serviços diversos</b>	<b>599.683</b>	<b>8,77</b>	<b>741.470</b>	<b>10,95</b>	<b>-141.787</b>	<b>-19,12</b>
<b>Rendas e alugueres</b>	<b>123.251</b>	<b>1,80</b>	<b>162.341</b>	<b>2,40</b>	<b>-39.089</b>	<b>-24,08</b>
Rendas e alugueres de Edifícios	43.031	0,63	52.555	0,78	-9.523	-18,12
Rendas e alugueres de Viaturas	55.325	0,81	90.786	1,34	-35.461	-39,06
Outras rendas e alugueres	24.895	0,36	19.000	0,28	5.895	31,03
<b>Comunicação</b>	<b>24.744</b>	<b>0,36</b>	<b>26.084</b>	<b>0,39</b>	<b>-1.340</b>	<b>-5,14</b>
Comunicações fixas de voz	700	0,01	1.000	0,01	-300	-30,00
Comunicações móveis	6.789	0,10	3.650	0,05	3.139	86,00
Outros serviços de comunicações	16.921	0,25	20.434	0,30	-3.513	-17,19
<b>Seguros</b>	<b>286.798</b>	<b>4,19</b>	<b>266.637</b>	<b>3,94</b>	<b>20.162</b>	<b>7,56</b>
<b>Contencioso e notariado</b>	<b>1.685</b>	<b>0,02</b>	<b>1.183</b>	<b>0,02</b>	<b>502</b>	<b>42,39</b>
<b>Limpeza, higiene e conforto</b>	<b>147.835</b>	<b>2,16</b>	<b>267.875</b>	<b>3,96</b>	<b>-120.039</b>	<b>-44,81</b>
<b>Outros serviços</b>	<b>15.369</b>	<b>0,22</b>	<b>17.351</b>	<b>0,26</b>	<b>-1.982</b>	<b>-11,42</b>
<b>Total</b>	<b>6.838.499</b>	<b>100,00</b>	<b>6.769.198</b>	<b>100,00</b>	<b>69.301</b>	<b>1,02</b>

Fonte: Balancete do Razão Geral do SICCC

Os FSE representaram, no 1º trimestre de 2021, 26,13% no total de Gastos, tendo-se verificado um aumento, na ordem dos 69.301€ (mais 1,02%), quando comparados com igual período de 2020.

A subida verificada nos FSE resulta, maioritariamente, pelo aumento de 266.913€ (mais 12,48%) na rubrica “Serviços especializados”, por contrapartida das diminuições de 153.928€ (menos 19,63%) na rubrica “Deslocações, estadas e transportes” e de 141.787€ (menos 19,12%) na rubrica “Serviços diversos”.



Quadro 12 – Gastos com Pessoal

RUBRICAS	2021		2020		2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Remunerações dos órgãos sociais e de gestão</b>	<b>90.562</b>	<b>0,63</b>	<b>73.777</b>	<b>0,56</b>	<b>16.785</b>	<b>22,75</b>
<b>Remunerações do pessoal</b>	<b>11.654.976</b>	<b>80,46</b>	<b>10.619.944</b>	<b>80,17</b>	<b>1.035.032</b>	<b>9,75</b>
<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>8.880.541</b>	<b>61,30</b>	<b>8.699.484</b>	<b>65,67</b>	<b>181.057</b>	<b>2,08</b>
Remuneração base	7.583.772	52,35	7.430.591	56,09	153.181	2,06
Subsídio de férias	637.125	4,40	612.002	4,62	25.123	4,10
Subsídio de Natal	4.251	0,03	4.736	0,04	-485	-10,24
Despesas de Representação	8.875	0,06	9.750	0,07	-875	-8,98
Subsídio de refeição	424.380	2,93	420.299	3,17	4.081	0,97
Gratificações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Suplementos e prémios	222.096	1,53	221.984	1,68	112	0,05
Outras	42	0,00	122	0,00	-80	-65,58
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>2.774.435</b>	<b>19,15</b>	<b>1.920.460</b>	<b>14,50</b>	<b>853.975</b>	<b>44,47</b>
Subsídio e abono de fixação, residência e alojamento	41.039	0,28	36.606	0,28	4.434	12,11
Alimentação e alojamento	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ajudas de custo	17.414	0,12	18.185	0,14	-771	-4,24
Trabalho extraordinário	1.936.256	13,37	1.152.246	8,70	784.010	68,04
Gratificações variáveis ou eventuais	80.956	0,56	31.601	0,24	49.355	156,18
Abono para falhas	2.024	0,01	4.304	0,03	-2.280	-52,97
Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	546.887	3,78	499.982	3,77	46.906	9,38
Formação	6.240	0,04	6.743	0,05	-503	-7,46
Colaboração técnica e especializada	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outros abonos variáveis	143.618	0,99	170.794	1,29	-27.176	-15,91
<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>9.392</b>	<b>0,06</b>	<b>14.229</b>	<b>0,11</b>	<b>-4.837</b>	<b>-33,99</b>
<b>Indemnizações</b>	<b>897</b>	<b>0,01</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>897</b>	<b>100,00</b>
<b>Encargos sobre remunerações</b>	<b>2.669.511</b>	<b>18,43</b>	<b>2.466.591</b>	<b>18,62</b>	<b>202.919</b>	<b>8,23</b>
<b>Segurança Social dos Funcionários Públicos-CGA</b>	<b>1.555.652</b>	<b>10,74</b>	<b>1.564.616</b>	<b>11,81</b>	<b>-8.964</b>	<b>-0,57</b>
Subsídio de férias	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subsídio de natal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outros encargos	1.555.652	10,74	1.564.616	11,81	-8.964	-0,57
<b>Segurança Social</b>	<b>1.113.859</b>	<b>7,69</b>	<b>901.975</b>	<b>6,81</b>	<b>211.884</b>	<b>23,49</b>
Segurança Social - Regime Geral	1.113.859	7,69	901.975	6,81	211.884	23,49
Segurança Social - Prestações Sociais Diretas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outros encargos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>Subsistemas de saúde</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>Acidentes no trabalho e doenças profissionais</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>Gastos de ação social</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros gastos com o pessoal</b>	<b>13.854</b>	<b>0,10</b>	<b>25.560</b>	<b>0,19</b>	<b>-11.707</b>	<b>-45,80</b>
<b>Outros encargos sociais</b>	<b>46.987</b>	<b>0,32</b>	<b>47.340</b>	<b>0,36</b>	<b>-353</b>	<b>-0,75</b>
<b>Total</b>	<b>14.486.179</b>	<b>100,00</b>	<b>13.247.441</b>	<b>100,00</b>	<b>1.238.738</b>	<b>9,35</b>

Fonte: Balancete do Razão Geral do SICC

A rubrica de “Gastos com Pessoal” é a que detém maior peso relativo no total dos gastos da ULSNA, EPE, correspondendo no 1º trimestre de 2021 e 2020, a 55,35% e 56,50%, respetivamente.

Comparados o 1º trimestre dos anos 2021 e 2020, verifica-se um acréscimo nos “Gastos com Pessoal” de 1.238.738€ (mais 9,35%), influenciado, sobretudo, pelos aumentos de 1.035.032€ (mais 9,75%) na rubrica “Remunerações do pessoal”, de 202.919€ (mais 8,23%) na rubrica “Encargos sobre remunerações” e de 16.785€ (mais 22,75%) na rubrica “Remunerações dos órgãos sociais e de gestão”.

As “Remunerações do pessoal”, cujo peso em relação aos “Gastos com Pessoal” foi de 80,46% em 2021 e de 80,17% em 2020, subdividem-se em “Remunerações certas e permanentes” e “Abonos variáveis ou eventuais”.

Se por um lado, a subida verificada em “Remunerações certas e permanentes” é justificada pelos aumentos de 153.181€ (mais 2,06%) na rubrica “Remuneração base”, de 25.123€ (mais 4,10%) na rubrica “Subsídio de férias” e de 4.081€ (mais 0,97%) na rubrica “Subsídio de refeição”, por outro lado, a subida verificada em “Abonos variáveis ou eventuais” justifica-se pelos aumentos de 784.010€ (mais 68,04%) na rubrica “Trabalho extraordinário”, de 49.355€ (mais 156,18%) na rubrica “Gratificações variáveis ou eventuais” e de 46.906€ (mais 9,38%) na rubrica “Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno”.

Quadro 13 – Prestações de Serviços e Concessões

RUBRICAS	2021		2020		2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Serviços específicos do setor da saúde</b>	<b>19.575.507</b>	<b>100,00</b>	<b>28.254.807</b>	<b>100,00</b>	<b>-8.679.300</b>	<b>-30,72</b>
<b>SNS - Serviço Nacional de Saúde (Contrato Programa EPE)</b>	<b>19.482.089</b>	<b>99,52</b>	<b>28.072.884</b>	<b>99,36</b>	<b>-8.590.795</b>	<b>-30,60</b>
<b>Internamento</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
GDH Médicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GDH Cirúrgicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GDH Cirúrgicos Urgentes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Dias Internamento Doentes Crónicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>Consulta</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
Primeiras Consultas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Consultas Subsequentes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>Urgência</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
Atendimentos (SU-Polivalente)	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Atendimentos (SU-Médico Cirúrgica)	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ECMO (Centros de Oxigenação por Membrana Extracorporal)	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Atendimentos (SU-Básica)	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>GDH Ambulatório</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
GDH Cirúrgicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GDH Médicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>Hospital de dia</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>Outras Prestações de Serviços de Saúde</b>	<b>19.482.089</b>	<b>99,52</b>	<b>28.072.884</b>	<b>99,36</b>	<b>-8.590.795</b>	<b>-30,60</b>
Serviço Domiciliário	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Programas de gestão da doença crónica	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Saúde Sexual e Reprodutiva	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Custos de Contexto	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Valor capitacional (ULS)	19.482.089	99,52	20.712.983	73,31	-1.230.894	-5,94
Sessões de Radioterapia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Medicamentos de Cedência em Ambulatório	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Internos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras prestações de serviços	0	0,00	7.359.900	26,05	-7.359.900	-100,00
<b>Outras Entidades Responsáveis</b>	<b>93.418</b>	<b>0,48</b>	<b>181.923</b>	<b>0,64</b>	<b>-88.506</b>	<b>-48,65</b>
<b>Internamento</b>	<b>33.302</b>	<b>0,17</b>	<b>65.452</b>	<b>0,23</b>	<b>-32.149</b>	<b>-49,12</b>
<b>Consulta</b>	<b>906</b>	<b>0,00</b>	<b>1.793</b>	<b>0,01</b>	<b>-887</b>	<b>-49,48</b>
<b>Urgência/SAP</b>	<b>31.484</b>	<b>0,16</b>	<b>67.192</b>	<b>0,24</b>	<b>-35.708</b>	<b>-53,14</b>
Urgência	31.484	0,16	67.192	0,24	-35.708	-53,14
Serviço de atendimento permanente	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>Quartos particulares</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>Hospital de dia</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>Meio Complementares de Diagnóstico e Terapêutica</b>	<b>27.725</b>	<b>0,14</b>	<b>47.382</b>	<b>0,17</b>	<b>-19.657</b>	<b>-41,49</b>
Meios de Diagnóstico	28.410	0,15	44.548	0,16	-16.138	-36,23
Meios de Terapêutica	-685	0,00	2.833	0,01	-3.519	-124,18
<b>Serviços domiciliário</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>GDH Ambulatório</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
GDH Cirúrgicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GDH Médicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>Outras prestações de serviços</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>104</b>	<b>0,00</b>	<b>-104</b>	<b>-100,00</b>
Análises sanitárias	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Convenções internacionais	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Unidades terapêuticas de Sangue	0	0,00	104	0,00	-104	-100,00
Outras	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>Concessões</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>Serviços de saúde</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>Serviços de transporte</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>19.575.507</b>	<b>100,00</b>	<b>28.254.807</b>	<b>100,00</b>	<b>-8.679.300</b>	<b>-30,72</b>

Fonte: Balancete do Razão Geral do SICC

O total das “Prestações de serviços e concessões” ascendeu, no 1º trimestre de 2021, a 19.575.507€, menos 8.679.300€ (ou o equivalente a uma diminuição de 30,72%) que em igual período do ano anterior.

A rubrica “Outras Prestações de Serviços de Saúde”, de entre os “Serviços específicos do setor da saúde”, foi a que maior impacto provocou na diminuição verificada do lado dos Rendimentos da ULSNA, EPE, registando-se, em março de 2021, menos 8.590.795€ que no 1º trimestre de 2020.

## 5. CUMPRIMENTO DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO

## 5.1. Evolução dos Fundos Disponíveis no período

De acordo com a informação extraída pelo SGF, do sistema de informação SICC, os valores acumulados, apresentados no Mapa dos Fundos Disponíveis, no 1º trimestre de 2021, são os seguintes:

Quadro 14 – Fundos Disponíveis

FUNDOS DISPONÍVEIS	2021	2020	2021/2020	
			Valor	%
Dotação corrigida líquida de cativos	0	0	0	0,00
Transferências ou subsídios com origem no OE	0	0	0	0,00
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	14.899.838	13.656.475	1.243.363	9,10
da qual: Receita extraordinária (a abater)	0	0	0	0,00
Previsão da receita efetiva própria	41.834.503	21.460.188	20.374.315	94,94
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei	0	0	0	0,00
Ativos e outros passivos financeiros	0	1.502.366	-1.502.366	-100,00
Saldos transitados do ano anterior	0	0	0	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>56.734.341</b>	<b>36.619.029</b>	<b>20.115.312</b>	<b>54,93</b>
Compromissos assumidos	20.264.319	14.840.234	5.424.085	36,55
Pagamentos	14.685.486	13.202.657	1.482.829	11,23
Compromissos assumidos por pagar	5.578.833	1.637.577	3.941.256	240,68
<b>FUNDOS DISPONÍVEIS</b>	<b>36.470.022</b>	<b>21.778.795</b>	<b>14.691.227</b>	<b>67,46</b>

Fonte: Informação carregada pelo SGF no sítio eletrónico da DGO

Assiste-se a uma subida dos “Fundos Disponíveis” quando comparados o 1º trimestre de 2020 e 2021, na ordem dos 14.691.227€ (mais 67,46%). Esta subida foi influenciada, sobretudo, pelo aumento de 20.374.315€ (mais 94,94%) em “Previsão da receita efetiva própria”.

## 5.2. Evolução dos Pagamentos em Atraso no período

O quadro seguinte evidencia, de acordo com a informação veiculada pelo SGF, a evolução dos pagamentos em atraso.

Quadro 15 – Pagamentos em Atraso

PAGAMENTOS EM ATRASO	2021		2020		2021/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
SNS	1.306.135	30,12	1.519.955	42,53	-213.820	-14,07
Fornecedores Externos	3.030.535	69,88	2.053.538	57,46	976.997	47,58
Estado	127	0,00	379	0,01	-252	-66,53
<b>TOTAL</b>	<b>4.336.796</b>	<b>100,00</b>	<b>3.573.872</b>	<b>100,00</b>	<b>762.924</b>	<b>21,35</b>

Fonte: Informação veiculada pelo SGF

O aumento de 762.924€ (mais 21,35%) verificada nos “Pagamentos em Atraso”, quando comparados o 1º trimestre de 2020 e 2021, deve-se, essencialmente, ao efeito conjugado do acréscimo da dívida a “Fornecedores Externos” no valor de 976.997€ (mais 47,58%) e do decréscimo da dívida a entidades do “SNS” no valor de 213.820€ (menos 14,07%). Observada, em março de 2021, a composição dos pagamentos em atraso, verifica-se que as dívidas a “Fornecedores Externos” são as que apresentam maior peso relativo (69,88%), seguidas das dívidas a “SNS”, cujo peso relativo se situa em 30,12%.

O indicador PMP expressa em quantos dias, em média, a Instituição paga as suas dívidas comerciais (dívidas a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e fornecimentos e serviços externos).

Da informação veiculada pelo SGF, verifica-se que o PMP, em março dos anos 2020 e 2021, foi o seguinte:

Quadro 16 – Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

2021	2020	2021/2020	
		Dias	%
95	142	-47	-33,10

Fonte: Informação veiculada pelo SGF

O indicador PMP reportado pelo SGF apresenta, quando comparados o 1º trimestre de 2020 e 2021, uma descida de 47 dias.

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro <sup>[1]</sup> aprovou o “Programa Pagar a Tempo e Horas”, tendo “ [...] como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.”

Importa referir que, em março de 2021, a ULSNA, EPE, foi incapaz de atingir um PMP inferior a 90 dias, cenário que contraria o espírito do supra mencionado diploma legal.

---

<sup>1</sup> Alterada pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril.